TÉCNICA, DIREITO E PÓS-MODERNIDADE: ABORDAGEM SOB A PERSPECTIVA DE JACQUES ELLUL

TECHNIQUE, LAW AND POST MODERNITY: APPROACHING JACQUES ELLUL'S PERSPECTIVE

Donato Gabriel Costa FERREIRA¹

Cildo GIOLO JÚNIOR (Orientador)²

ISSUE DOI: 10.21207/2675-0104.2017.668

RESUMO

O presente artigo tem por objeto a investigação o direito, enquanto forma de manifestação da técnica, esta sob a perspectiva de Jacques Ellul, e sua relação com a crise do direito na sociedade brasileira pós-moderna. A técnica, na visão de Ellul, é o fenômeno de maior relevância no mundo contemporâneo, tendo o referido autor dedicado algumas obras para o estudo do fenômeno técnico, dentre as quais se ressalta o título Técnica e o Desafio do Século (*La technique ou l'enjeu du siècle*, 1954). Sendo o direito uma manifestação do fenômeno técnico, ou seja, a técnica jurídica, a investigação de seu contexto histórico e de sua situação torna-se ferramenta de grande utilidade para o deslinde da questão do direito, sua representação e nuances na sociedade pós-moderna, esta entendida como aquela existente após a metade do século XX.

¹ Discente da Faculdade de Direito de Franca/SP. Bolsista do Programa Interno de Iniciação Científica (PIBIC 2017-2018).

² Doutor em Direito pela Universidade Metropolitana de Santos (Unimes - 2013). Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela UMSA (Buenos Aires - Argentina - 2007). Mestre em Direito Público pela Universidade de Franca (2001). Especialista em Direito Processual Civil na Faculdade de Direito de Franca (1994). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (1991). Professor Titular da cadeira de Direito Civil na Faculdade de Direito de Franca, tendo sido admitido por concurso público de provas e títulos. Docente e Advogado. Avaliador do MEC/INEP para os Cursos de Direito. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9079687915501476>. Contato: drcildo@gmail.com.

Palavra-chave: técnica; Jacques Ellul; direito; sociedade brasileira; pós-modernidade.

ABSTRACT

*The purpose of this article is to investigate the law, as a form of manifestation of the technique, under the perspective of Jacques Ellul, and its relationship with the crisis of law in postmodern Brazilian society. The technique, in Ellul's view, is the most relevant phenomenon in the contemporary world, and the author has dedicated some works to the study of the technical phenomenon, including the title *Technical and the Challenge of the Century (La technique ou l (See du Siecle, 1954)*. Since law is a manifestation of the technical phenomenon, that is, the legal technique, the investigation of its historical context and its situation becomes a very useful tool to disentangle the issue of law, its representation and nuances in the law. postmodern society, it is understood to exist after the goal of the twentieth century.*

Keywords: *technique; Jacques Ellul; right; Brazilian society; postmodernity*

1 INTRODUÇÃO

A palavra *técnica* provém do grego *téxvn (téchne)*, correspondendo à arte, técnica, ofício, podendo ser compreendida como o procedimento ou conjunto de procedimentos que tem, como objetivo, a obtenção de determinado resultado prático no mundo.³

Enaltecendo essa concepção predominantemente pragmática da técnica, intimamente ligada à questão da *ação humana* no mundo, Eduardo Carlos Bianca Bittar e Guilherme Assis de Almeida aduzem que a operosidade técnica é característica das habilidades humanas, decorrendo, ainda, de um envolvimento corporal humano que visa algum resultado prático imediato.⁴

Martin Heidegger responde à questão do *que é a técnica* afirmando ser de conhecimento de todos dois enunciados que bem satisfazem a questão:

Um diz: técnica é um meio para fins. O outro diz: técnica é um fazer do homem. As duas determinações da técnica estão correlacionadas. Pois estabelecer fins e para isso arranjar e empregar os meios constitui um fazer humano. O aprontamento e o emprego de instrumentos, aparelhos e máquinas, o que é propriamente aprontado e empregado por elas e as necessidades e os fins a que servem, tudo isso pertence ao ser da técnica. O todo

³ WIKIPÉDIA, **A enciclopédia livre**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Técnica>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

⁴ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 21.

destas instalações é a técnica. Ela mesma é uma instalação; expressa em latim, um *instrumentum*.⁵

Assim, o conceito de técnica congloba, ao mesmo tempo, tanto o processo artesanal e criativo de manufatura das mais diversas utilidades, necessidades e capacidades humanas quanto o contemporâneo modo de produção de bens e serviços nas sociedades do século XXI, que se dá em reprodução à escala industrial e representa o bastião do sistema de produção capitalista.

Com efeito, a partir da revolução industrial, ocorrida por volta de 1830 na Inglaterra, com desdobramentos imediatos em significativa parte do continente europeu é que pela primeira vez na história da humanidade

[...] pela primeira vez na história da humanidade foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços [...]. Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham à produção.⁶

Não obstante, fato é que a revolução industrial, diferentemente da revolução francesa, não possui marcos temporais bem definidos, pois de acordo com Eric Hobsbawn a revolução industrial "não foi um episódio com um princípio e um fim. Não tem sentido perguntar quando se 'completou', pois sua essência foi a de que a *mudança revolucionária* se tornou norma desde então."⁷

Dessa forma, o sistema de produção em escala industrial acaba por criar também uma demanda pelo consumo de massa,⁸ criando um círculo vicioso cujo operário da técnica desempenhada na produção do bem ou serviço encontra-se *alienado* relativamente à sua liberdade individual; é um ser coisificado, cujo espectro de manifestação humana é limitado à técnica desempenhada no trabalho e que visa satisfazer os anseios de consumo criados pelo próprio sistema, em que a técnica funciona como motor principal, sem o qual o sistema acaba por desabar.

⁵ HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica (*Die Frage nach der Technik*). **Revista Scientiae Studia**. São Paulo, v. 5, n. 3, 2007, p. 376.

⁶ HOBBSBAWN, Eric John Ernest. **A Era das Revoluções**. 25. ed. [s.l.], Paz e Terra, 2009, p. 20-21. Tradução de Marcus Penchel.

⁷ *Ibidem*, p. 21. Sem grifo no original.

⁸ HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 121.

2 A TÉCNICA EM JACQUES ELLUL

Jacques Ellul (1912-1994) foi um intelectual francês com vasta e interdisciplinar produção acadêmica. Analisando a evolução da sociedade ocidental, Ellul constatou o que denomina de "tecnicização da sociedade" e a normatização tanto do homem como do seu meio ambiente, pelo que avalia a amplitude dessas mudanças a partir de um ponto de vista ecológico e social. Para ele, a técnica é o fenômeno mais relevante de nosso tempo, sendo sua investigação sobre a técnica fruto de vários anos de pesquisa,⁹ contida, principalmente, na obra *A técnica e o desafio do século* (La technique ou l'enjeu du siècle, 1954).

O pressuposto para o estudo da técnica em Ellul é o fato de que as *mudanças técnicas* são uma constante na sociedade ocidental, alterando de maneira sensível e permanente as mais diversas searas da atividade humana, como o trabalho, o lazer, a saúde, a educação, a política etc. Conforme pontuam Jorge David Barrientos-Parra e Elaine Cristina Vilela Borges Melo:

já nos anos trinta do século passado, Ellul pensa a técnica como um "procédé général" e não simplesmente um meio da indústria simbolizado pela mecanização. Para ele, o progresso técnico engendra um fenômeno de proletarização generalizada, que concerne todos os homens e todos os aspectos da vida deles, superando a dimensão puramente econômica analisada por Marx.¹⁰

Contudo, Ellul está longe de ter sido um "tecnóforo", tendo reconhecido muito bem as vantagens e benefícios decorrentes do progresso técnico. Sua crítica à técnica pode ser interpretada como espécie de alerta ao progresso técnico desmedido e irrefletido, capaz de gerar profundas consequências ao homem enquanto ser socialmente ajustado. Por outro lado, deve ser ressaltado que, para Ellul, a *técnica* ou *fenômeno técnico* não se confunde com *tecnologia*, que quer dizer, na verdade, estudo da técnica ou discurso da técnica,¹¹ sob pena de incorrer no erro cometido pelos

⁹ BARRIENTOS-PARRA, Jorge David. A violação dos direitos fundamentais na sociedade técnica. **Revista de informação legislativa**, v. 48, n. 189, p. 55-67, jan./mar. 2011.

¹⁰ _____; MELO, Elaine Cristina Vilela Borges. O direito à intimidade na sociedade técnica: rumo a uma política pública de tratamento de dados pessoais. **Revista de informação legislativa**, v. 45, n. 180, p. 198-213, out./dez. 2008.

¹¹ BARRIENTOS-PARRA, Jorge David. Op. cit., p. 56.

estadunidenses, tendo em vista tratarem o termo *technique* como *technology*.¹²

Para Ellul, o fenômeno técnico moderno ou, simplesmente, a técnica moderna, tem por principais características o automatismo, o autoacréscimo, a unicidade, o universalismo e a autonomia. Assim, por automatismo entende-se o fator de autorregulação e auto-orientação dos meios e escolhas técnicas. Quando todos os cálculos e medições possíveis sobre os meios e escolhas técnicas tiverem sido realizados, a escolha daquele a ser utilizado caberá não ao homem, com base em sua discricionariedade e arbítrio, mas sim ao próprio fenômeno técnico, *de per si*, cuja escolha será o *best one way*, o meio mais eficiente dentre todos os possíveis.¹³

Já o autocrescimento se consubstancia na capacidade autônoma do fenômeno técnico se aperfeiçoar, planejar, e se criar; traduz-se num gradual acúmulo de melhorias e avanços que, com a mínima intervenção do intelecto humano, acaba por desaguar numa nova técnica mais eficiente e, portanto, prevalente.

Esta característica do fenômeno técnico denota a limitação da prodigalidade humana, ainda mais na sociedade técnica, na descoberta de técnicas revolucionárias e duradouras. Ora, a medida que o crescimento da técnica ocorre de forma independente à vontade do homem, decorrente de sucessivos acúmulos e aperfeiçoamentos do fenômeno técnico, verifica-se a castração de sua capacidade inventiva, o que acaba por equiparar o homem com propensão natural ao sucesso cognitivo àquele dotado de medíocre inteligência.¹⁴

Mas somente tais ponderações não definem a totalidade da característica do autocrescimento da técnica. Ellul considera que o "princípio de combinação das técnicas" é o fator que provoca seu autocrescimento, sendo ele desmembrado em duas leis.

A primeira dessas leis preceitua que *em uma civilização técnica, o progresso técnico é irreversível*. Tal certeza é extraída de acontecimentos históricos, no sentido de que cada invenção técnica provoca outras

¹² ELLUL, Jacques. **The Technological Society**. United States of America: Alfred A. Knopf, Inc, 1954.

¹³ ELLUL, Jacques. **A Técnica e o Desafio do Século**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968, p. 83.

¹⁴ *Ibidem*, p. 89.

invenções técnicas noutros domínios de atuação da técnica, considerando-se a técnica, portanto, em seu conjunto.¹⁵

Assim, decorre deste fator a segunda lei, que enuncia que *o progresso técnico tende a efetuar-se não de acordo com uma progressão aritmética, mas de acordo com uma progressão geométrica*. Nesse sentido, determinada descoberta técnica é capaz de repercutir gerando progresso técnico em vários outros domínios de atuação da técnica, não apenas no seu, o que ocorre em vista da combinação dos diversos dados técnicos já disponíveis. Ellul exemplifica com a técnica da propaganda, sendo ela a combinação natural oriunda do progresso e desenvolvimento da técnica em diversas outras searas de atuação.¹⁶

Por outro lado, o fenômeno técnico é uno. A primeira conclusão, bastante óbvia, por sinal, é que as mais diversas operações e meios técnicos formam o todo do fenômeno técnico. Já a segunda consequência da unicidade do fenômeno técnico, reside, objetivamente, na inexistência de orientação ou juízo moral capaz de direcionar o uso técnico. Contrariando o senso comum, a técnica é autônoma em relação à moral humana, não lhe sendo possível a orientação em vista de um fim, bom ou mau de acordo com o juízo que se faz; pelo contrário, à medida que a técnica é um domínio cego em relação ao futuro, onde impera a causalidade integral.¹⁷

No estudo do universalismo do fenômeno técnico, Ellul expõe, de início, a presença dos aspectos geográfico e qualitativo. A faceta geográfica do universalismo técnico relaciona-se ao alcance do progresso técnico em todos os países do mundo, pois a aplicação dos mesmos processos técnicos é fenômeno de ordem global, seja qual for o grau de "civilização" de determinada sociedade.¹⁸

Já no aspecto qualitativo do fenômeno técnico, Ellul evidencia clara preocupação com a "invasão" da técnica, oriunda de sociedades e civilizações mais desenvolvidas do ponto de vista técnico, em países e civilizações em que os mais diversos processos da vida humana ainda não foram, por assim dizer, contaminados pela técnica, resultando, em verdade, da espontaneidade e livre-arbítrio do homem.

¹⁵ Ibidem, p. 92-93.

¹⁶ ELLUL, Jacques. **A Técnica e o Desafio do Século**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968, p. 94.

¹⁷ Ibidem, p. 100.

¹⁸ Ibidem, p. 119.

No entanto, ao mesmo tempo que rompe e ergue barreiras, a técnica constrói as pontes necessárias e refaz o laço entre os homens; é o elo de conexão superior às mais diversas especializações, ou seja, é por meio da técnica que os homens, independentemente das mais diversas diferenças sociológicas, interagem entre si. É linguagem universal que supre todas as deficiências e separações. E essa é justamente a razão da técnica ser fenômeno de ordem universal.¹⁹

A técnica é, ainda, autônoma, um todo fechado, um fim em si mesma. Assim considerada, é alheia aos campos político e econômico - na verdade, como afirma Ellul, "é o motor de todo o resto, apesar das aparências, apesar do orgulho do homem que pretende que suas teorias filosóficas [...] e que seus regimes políticos são decisivos na evolução [...]".²⁰ Possuindo suas próprias leis, a técnica é um "poder" independente.

Além disso, por ser a técnica imune a julgamentos externos, é independente da moral; a moral decide dos problemas morais, não cabendo lhe opinar quanto aos problemas de ordem técnica. Somente o homem está sujeito ao julgamento moral, enquanto a técnica, fenômeno independente até mesmo do próprio homem, pode tudo fazer, é realmente autônoma.²¹

3. DIREITO ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DA TÉCNICA

O direito, entendido como o "conjunto de normas estabelecidas pelo poder político que se impõem e regulam a vida social de um dado povo em determinada época",²² é fenômeno de longa data na vida em sociedade.

Na chamada Antiguidade Clássica,²³ o direito era um fenômeno de ordem sagrada. Sua criação se deu de forma concomitante à fundação

¹⁹ Ibidem, p. 134.

²⁰ ELLUL, Jacques. **A Técnica e o Desafio do Século**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968, p. 136.

²¹ Ibidem, p. 136.

²² DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 20 ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2009, p. 245.

²³ O termo Antiguidade Clássica refere-se a um longo período da história da Europa que se estende aproximadamente do século VIII a.C, com o surgimento da poesia grega de Homero, à queda do Império Romano do ocidente no século V d.C, mais precisamente no ano 476. No eixo condutor desta época encontram-se, dessa forma, os fatores culturais das suas civilizações mais marcantes, a Grécia e Roma antigas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Antiguidade_Clássica>. Acesso em: 11 jun. 2017.

de Roma, assumindo, dessa maneira, contorno de uma manifestação cultural de caráter *sui generis*, sacrílego, tradicional, quase que religioso. Sua transmissão intergeracional acabou por culminar na expansão romana na forma de um império, o único à época. "Assim, o direito, forma cultural sagrada, era o exercício de uma atividade ética, a prudência, virtude moral do equilíbrio e da ponderação nos atos de julgar".²⁴

A prudência romana, representação da ponderação nos julgamentos sociais, veio a qualificar-se como *jurisprudencia*, algo correspondente ao estágio embrionário de um sistema regulatório de hierarquia e aplicabilidade das fontes do direito romano; uma tentativa de ordenação lógica de um conjunto de normas pouco sistematizadas. Destarte, o pensamento jurisprudencial romano marcava-se pelo uso da dialética na resolução dos conflitos sociais, sob proteção de um domínio politicamente estabilizado.²⁵

Com efeito, o primeiro grande passo para o direito romano deixar de representar a simples forma de resolução dos conflitos no plano concreto, dotado de caráter maniqueísta e excessivamente exclusivo (uma luta entre "o bem e o mal"; ou se está *dentro* do direito ou *fora* dele) foi, essencialmente, a criação de uma própria imagem no povo romano de sociedade que julga a si mesma mediante processos jurídicos preestabelecidos, consubstanciados, no plano fático, na criação de juízos e tribunais como estruturas diferenciadas na *polis*.²⁶ Como afirma Ferraz Junior:

[...] o direito teria de alcançar, como de fato pouco a pouco alcançou, um nível de abstração maior, tornando-se um regulativo abstrato capaz de acolher indagações a respeito de divergentes pretensões jurídicas, ou seja, o direito assumiu a forma de um programa decisório em que eram formuladas as condições para uma decisão correta.²⁷

Ao mesmo tempo em que se nota pouca preocupação no direito romano quanto à relação entre teoria e práxis, o que decorre, em última

²⁴ FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 4 ed. - São Paulo: Atlas, 2003, p. 56.

²⁵ Dialética no tradicional sentido de "síntese dos opostos", o processo em que há um adversário a ser combatido ou uma tese a ser refutada, supondo a existência de duas teses em conflito, de cuja resolução decorre uma síntese. Ver: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 269. Tradução por Alfredo Bossi e Ivone Benedetti.

²⁶ FERRAZ JUNIOR, Op. cit., p. 59.

²⁷ *Ibidem.*, p. 59.

análise, da própria natureza fundante do fenômeno da *prudencia*, impedindo-se, assim, a teorização do fenômeno, verifica-se também uma tímida *tecnização* da ciência jurídica, vez que o direito deixa de ser mera manifestação espontânea no corpo social para assumir contornos de verdadeira teoria abstrata, dotada de regras e princípios próprios.

No entanto, é na chamada Era Moderna²⁸ que o direito tem por renovado seu objeto de indagação, deixando de ser os aspectos e diretrizes das relações morais na vida em sociedade para tratar sobre as condições efetivas e racionais de sobrevivência.²⁹ Dessa forma, diante de uma sociedade mais complexa do ponto de vista institucional (já que houve a destituição dos reinados pela instituição das nações), cuja necessidade principal materializa-se na regulamentação da vida em prol do bem comum, cresce a demanda para soluções técnicas também do ponto de vista jurídico. Pontua Ferraz Junior que:

Estava configurado, pois, um dos caminhos para uma ciência no estilo moderno, isto é, como um procedimento empírico-analítico [...]. Desse modo, a teoria jurídica consegue transformar o conjunto de regras que compõem o direito em regras técnicas controláveis na comparação das situações vigentes com as situações idealmente desejadas. Modifica-se, assim, seu estatuto teórico [...]. Ela [a teoria jurídica] adquire, assim, um novo critério, que é o critério de todas as técnicas: sua funcionalidade.³⁰

Destarte, o direito reconstruído na Idade Moderna é *instrumentalizado*, pois ostenta contornos de uma técnica poética, um *know-how*, restaurando aquele arcaico significado grego de técnica (*téxvn* - *téchne*) que corresponde à arte, ofício, uma ação humana no mundo exterior visando determinado resultado prático.

No entanto, essa tentativa de, por meio da idealização teórica de condutas socialmente desejáveis, regular o plano fático da vida em sociedade, esbarra num óbice que decorre, em última análise, da própria abstração inerente à natureza jurídica que o direito obteve após a Idade Moderna: o progressivo distanciamento entre a teoria e a práxis, à medida que o direito racionalmente reconstruído, com vistas a regular a vida social

²⁸ Também designada por Idade Moderna, é o período histórico ocidental que abrange nos séculos XV a XVIII, tradicionalmente aceito como tendo por início a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453, e por término a Revolução Francesa, em 1789. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Idade_Moderna>. Acesso em: 19 jun. 2017.

²⁹ HABERMAS, Jürgen. *Theorie und praxis*. Berlin: Suhrkamp, 1972w, p. 56.

³⁰ *Ibidem*, p. 69-70.

- já que, na origem, o direito era essencialmente prudencial - não reproduz a experiência concreta do direito na sociedade.³¹

Diante da positivação eminentemente técnica do direito no século XIX, a abstração do direito permite sua teorização de forma independente e dotada de autonomia científica. Contudo, concomitantemente, tendo em vista o progressivo distanciamento entre teoria e práxis - o que decorre, justamente, da independência e autonomia científica do direito - a ciência dogmática do direito tende a encerrar um fim em si mesma; passa a olvidar sua finalidade e razão de ser (estabelecimento do justo e harmônico convívio social, o bem comum) para se preocupar com suas próprias amarras teóricas e conceituais.

Enquanto técnica jurídica, portanto, o direito reflete nada mais que a exportação do fenômeno técnico para além das redomas sociais imprescindíveis para a simples manutenção da vida humana em seu estado de natureza (técnicas de guerra, técnicas de caça, técnicas de consumo...), invadindo, assim, domínios até então entregues àquilo que Ellul chama de *espontaneidade social*, à medida que a dogmatização da vida humana em sociedade, ocorrida máxime a partir da Idade Moderna, era situação até então relegada à intervenção do fenômeno técnico. Além disso, a progressiva preocupação do direito quanto a questão da eficácia de suas normas positivas representa também a expansão do fenômeno técnico, especialmente a partir do século XVIII.

Nesse passo, também o caráter alienante da técnica jurídica moderna (*rectius*: teorização, produção e aplicação do direito de forma divorciada de suas próprias finalidades) compreende-se no horizonte de eventos da chamada *civilização técnica* contemporânea. O direito, enquanto manifestação do fenômeno técnico, que objetifica e instrumentaliza o homem, em evidente subversão à correta ordem de coisas. Denotam-se, então, presentes o automatismo, o autocrescimento e o universalismo, enquanto características extrínsecas do fenômeno técnico na perspectiva Elluliana, no âmago da técnica jurídica.

Mas justamente quanto à autonomia e à unicidade próprias do fenômeno técnico é que reside o elemento de maior importância no que diz respeito à técnica jurídica atual, à medida que ambas as características se preocupam com a *intangibilidade externa* do fenômeno técnico; a

³¹ FERRAZ JUNIOR, Op. cit., p. 71.

impossibilidade de se nortear o uso que se faz da técnica como *bom* ou *mau*, *moral* ou *imoral*, *justo* ou *injusto*.

E, assente em tais premissas, nítido é o paradoxo teórico de se considerar o direito como *independente e autônomo* à questão da justiça, vez que se trata, em última e superficial análise, da finalidade e *ratio essendi* do próprio direito.³²

Por outro lado, sabe-se que o direito na pós-modernidade,³³ sobretudo na realidade brasileira, apresenta-se de forma estanque e ineficaz, sendo incapaz até mesmo da asseguaração, no plano concreto, dos idealizados direitos fundamentais outorgados pela Constituição Federal de 1988.

Some-se a isso o crescente aumento da criminalidade, ante a insuficiência do direito penal na contenção das condutas mais gravosas à ordem social; a morosidade do Poder Judiciário, em decorrência especialmente do aumento da litigiosidade, além de fatores de natureza política e econômica que interferem no cumprimento da função de pacificação social; o crescimento, quando não o simples descobrimento, de escândalos de corrupção, tanto na esfera pública, em todos os níveis, quanto na privada, cujas sanções incutem no juízo popular o gosto da impunidade, de que o ilícito compensa...

Todos esses fatores resultam naquilo que Bittar entende por *erosão do ordenamento jurídico brasileiro*, reclamando a urgência na reformulação do "próprio modelo estrutural fundante da relação entre Estado e sociedade", cuja situação atual apresenta "sérios comprometimentos e desdobramentos para o direito que se aplica nesta realidade".³⁴ Nota-se, nesse sentido, que o problema também é da ordem da *eficácia* do direito brasileiro, sendo a técnica jurídica de que dispomos,

³² BITTAR et al, Op. cit., p. 447.

³³ Jean François Lyotard (1924-1998) acusa, em seu *A condição pós-moderna* (1979), a ruptura social ocorrida no século XX em virtude de um "processo de modificações que se projeta sobre as diversas dimensões da experiência contemporânea de mundo (valores, hábitos, ações grupais, necessidades coletivas, concepções, regras sociais, modos de organização institucional...)" (BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. O direito na pós-modernidade. **Revista Sequência**, Santa Catarina, no 57, dez. 2008, p. 132). Nesse sentido, deflagrada a institucionalização da pós-modernidade, período histórico ainda e curso cujo destaque é a indefinição, o direito, por essência, se encontra em estado de crise, vez que ainda teorizado, produzido e aplicado de acordo com ideais próprios da modernidade, e, portanto, estéril no cumprimento de suas mais básicas finalidades, à medida que desacompanhado da evolução ocorrida no corpo social.

³⁴ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **O direito na pós-modernidade e reflexões frankfurtianas**. 22 ed. rev. atual. e ampliada. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 247.

ainda que de forma parcial, responsável pelo atual estado de coisas compartilhado pela pós-modernidade brasileira.

A questão da eficácia é abordada, com propriedade, pelo italiano Norberto Bobbio a partir de uma matriz teórica que estabelece três critérios de valoração para a norma jurídica quais sejam, 1) se é justa ou injusta; 2) se é válida ou inválida; 3) se é eficaz ou ineficaz:

O problema da *eficácia* de uma norma é o problema de ser ou não seguida pelas pessoas a quem é dirigida (os chamados destinatários da norma jurídica) e, no caso de violação, ser imposta através de meios coercitivos pela autoridade que a evocou. [...] Há normas que são seguidas universalmente de modo espontâneo (e são as mais eficazes), outras que são seguidas na generalidade dos casos somente quando estão providas de coação, outras, ainda, que não são seguidas apesar da coação, e outras, enfim, que são violadas sem que nem sequer seja aplicada a coação (e são as mais ineficazes).³⁵

Não obstante, a questão da eficácia do direito também é investigada, enquanto problema de teoria geral do direito, por Hans Kelsen, Miguel Reale, Tércio Sampaio Ferraz Junior, dentre outros, sendo elemento de maior importância para a busca da superação da crise do direito na pós-modernidade.

4 CONCLUSÕES

Viu-se que a técnica, na perspectiva de Jacques Ellul, deixou de ser simples operação humana em busca de determinado fim prático no mundo externo, tal como entendida em sua concepção vulgar, para ostentar, a partir da Revolução Industrial, a condição de verdadeiro fenômeno social, atuante desde nos modernos meios de produção capitalista, fazendo do homem seu instrumento de atuação, até nas mais diversas operações intelectuais.

Como fenômeno social, Ellul constatou a presença de cinco características que compõem a técnica a partir da Idade Moderna, sendo possível afirmar que, enquanto três delas têm natureza vinculada estritamente à gênese e manutenção da técnica no mundo contemporâneo

³⁵ BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Tradução de Fernando Pavan Batista e Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2001, p. 47-48.

(automatismo, autocrescimento e universalismo), duas relacionam-se primordialmente ao *modus operandi* do fenômeno técnico (autonomia e unicidade), visto atestarem, ainda segundo Ellul, o alheamento da técnica em relação a juízos e fatores sociais que lhe são externos, como a política, a economia, a moral etc.

O direito, por outro lado, teve por fundamento, em sua origem no ocidente, o caráter ético-prudencial, assim entendido como instituição de ordem sagrada, representativa do equilíbrio, da ponderação nos atos de julgar. Sendo, portanto, parte da cultura de Roma Antiga, foi transmitido de geração a geração, de forma espontânea e natural.

Apesar disso, verificou-se que na Idade Moderna o direito sofreu substancial processo de teorização, à medida que abandonou o caráter meramente prudencial para firmar-se em dogmas, situação que perdura até os dias de hoje, materializada na positivação das regras de conduta social.

Destarte, o direito assumiu, nesse ponto histórico, roupagem de verdadeira *técnica*, vez que idealizado como meio (instrumento) de controle e regulação da vida social, sempre norteado, e isso desde sua fundação, pela busca da justiça.

Considerado, então, como forma de manifestação do fenômeno técnico na visão de Ellul, o direito - agora técnica jurídica - mostrou-se incompatível com as duas características próprias do fenômeno técnico que se relacionam ao modo de atuação da técnica no mundo, quais sejam, a autonomia e a unicidade. Isso porque, como visto, revelam ser a técnica fenômeno autônomo e independente, e, por isso, impassível de ingerência e juízos de ordem externa. E, como visto, o direito não se concebe sem a justiça, senão não é direito.

Ora, como é possível afirmar, com rigor metodológico, que o direito integra o fenômeno técnico, de acordo com Ellul, se não se sujeita integralmente às suas características?

Destarte, conclui-se que a natureza técnica do direito, ainda que *parcialmente* sujeita às características do fenômeno técnico apontadas por Ellul - e, aqui, rompendo-se com o rigor teórico originário de Ellul -, não pode ser isoladamente apontada como causadora da crise do direito na sociedade pós-moderna.

Isso porque, como evidenciado pelo ensinamento de Norberto Bobbio, a crise do direito na pós-modernidade na concentra-se na questão de sua *eficácia*, isto é, no atendimento pelas pessoas a que dirigidos os comandos normativos.

Não se olvide, por outro lado, que a eficácia do direito é sensível a fatores de ordem externa, como a política, a economia, a ingerência e o colonialismo estrangeiro... o que representa, igualmente, novo conflito teórico entre a natureza do direito e a teoria original de Ellul.

Portanto, dada a devida atenção à questão da eficácia do direito, mantendo o Poder Público, concomitantemente, a regularidade na manutenção moral e econômico-financeira das instituições, por certo que ao menos se caminhará em direção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3, I, da Constituição Federal de 1988), onde a eficácia do direito, na completude de suas facetas, seja, enfim, alcançada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Tradução por Alfredo Bossi e Ivone Benedetti.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge David. A violação dos direitos fundamentais na sociedade técnica. Revista de informação legislativa, v. 48, n. 189, jan./mar. 2011.

_____; MELO, Elaine Cristina Vilela Borges. O direito à intimidade na sociedade técnica: rumo a uma política pública de tratamento de dados pessoais. Revista de informação legislativa, v. 45, n. 180, out./dez. 2008.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. O direito na pós-modernidade e reflexões frankfurtianas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. O direito na pós-modernidade. Revista Seqüência, Santa Catarina, no 57, dez. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica. Tradução de Fernando Pavan Batista e Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2001.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 20 ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2009.

ELLUL, Jacques. A Técnica e o Desafio do Século. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

_____. The Technological Society. United States of America: Alfred A. Knopf, Inc, 1954.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. 4 ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Theorie und praxis. Berlin: Suhrkamp, 1972w.

HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. Um Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 121. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica (Die Frage nach der Technik). Revista Scientiae Studia. São Paulo, v. 5, n. 3, 2007.

HOBSBAWN, Eric John Ernest. A Era das Revoluções. 25. ed. [s.l.], Paz e Terra, 2009. Tradução de Marcus Penchel.

MARCUSE, Herbert. O homem unidimensional: a ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Técnica>>. Acesso em: 12 dez. 2016.